

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siuffi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcadh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcadh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 005/2019-PGJ, DE 7.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, 30 (trinta) dias de férias individuais, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, que seriam usufruídas no período de 21.1 a 19.2.2019, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4139/2016).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 007/2019-PGJ, DE 7.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o Procurador de Justiça Sergio Fernando Raimundo Harfouche para, sem prejuízo de suas funções e sem ônus para a Instituição, apresentar o Programa de Conciliação para Prevenir a Evasão e Violência Escolar, ProCEVE, e cooperar na elaboração de diretrizes no âmbito da Secretaria Nacional da Infância e da Adolescência.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4400/2018-PGJ, DE 19.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4257/2018-PGJ, de 13.12.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao primeiro semestre de 2019, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA
	PLANTÃO CRIMINAL (Telefone: 98478-2089)
1º (18h01min) a 8.4.2019 (7h59min)	Marcos Alex Vera de Oliveira
15 (18h01min) a 22.4.2019 (7h59min)	Humberto Lapa Ferri

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA
	PLANTÃO CRIMINAL (Telefone: 98478-2089)
1º (18h01min) a 8.4.2019 (7h59min)	Humberto Lapa Ferri
15 (18h01min) a 22.4.2019 (7h59min)	Marcos Alex Vera de Oliveira

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4413/2018-PGJ, DE 19.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 2 e 3.12.2017 e 20.1.2018, a serem usufruídos nos dias 14, 15 e 16.1.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4414/2018-PGJ, DE 19.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante os Juizados Especiais constantes do quadro a seguir, em razão de ausência dos titulares, pelos seguintes motivos:

**1. Férias:**

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Ludmila de Paula Castro Silva	21 a 30.1.2019	Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Corumbá	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina
Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	7 a 16.1.2019	Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Corumbá	Rodrigo Correa Amaro
Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro	21 a 30.1.2019	1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Dourados	Fernando Jamusse

**2. Compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão:**

PROMOTORA DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Ludmila de Paula Castro Silva	31.1 e 1º.2.2019	Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Corumbá	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina

**3. Curso:**

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	28.1 a 1º.2.2019	Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Corumbá	Rodrigo Correa Amaro

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4415/2018-PGJ, DE 19.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 41ª Zona Eleitoral, a partir de 7.1.2019, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4416/2018-PGJ, DE 19.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
9ª	Luciano Anechini Lara Leite	7 a 11.1.2019	Compensação	Daniela Araujo Lima da Silva
34ª	Douglas Silva Teixeira	7 a 20.1.2019	Férias	Victor Leonardo de Miranda Taveira

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4417/2018-PGJ, DE 19.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4257/2018-PGJ, de 13.12.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao primeiro semestre de 2019, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA
	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
11 (18h01min) a 18.2.2019 (7h59min)	Humberto Lapa Ferri
25.2 (18h01min) a 4.3.2019 (18h)	Marcos Alex Vera de Oliveira

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA
	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
11 (18h01min) a 18.2.2019 (7h59min)	Marcos Alex Vera de Oliveira
25.2 (18h01min) a 4.3.2019 (18h)	Humberto Lapa Ferri

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4418/2018-PGJ, DE 19.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 11º Promotor de Justiça de Dourados, Amilcar Araujo Carneiro Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca, a partir de 13.1.2019, pelo período de 1 (um) ano.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4419/2018-PGJ, DE 19.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça João Linhares Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 43ª Zona Eleitoral, a partir de 27.1.2019, pelo período de 2 (dois) anos.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4423/2018-PGJ, DE 19.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 4100/2018-PGJ, de 4.12.2018, na parte que indeferiu, por necessidade de serviço, compensação de plantão ao Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho, de forma que, onde consta:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Celso Antonio Botelho de Carvalho	10	3 a 12.12.2018

passe a constar:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Celso Antonio Botelho de Carvalho	8	3 a 10.12.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 002/2019-PGJ, DE 7.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Camila Augusta Calarge Doreto 6 (seis) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 10.9.2018 e no período 10 a 19.12.2018, a serem usufruídos nos dias 7, 8, 9, 10, 11 e 15.1.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 004/2019-PGJ, DE 7.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2013/2018, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4526/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 003/2019-PGJ, DE 7.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, pelo período de 2 (dois) anos, a contar de 27.1.2019, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTORES DE JUSTIÇA
1ª	Michel Maesano Mancuelho
2ª	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior
8ª	Fernando Martins Zaupa
11ª	Jorge Ferreira Neto Júnior
13ª	Juliana Nonato
15ª	Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca
43ª	João Linhares Júnior

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 006/2019-PGJ, DE 7.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Allan Thiago Barbosa Arakaki	2017/2018	30	4.2 a 5.3.2019
Daniela Araujo Lima da Silva	2017/2018	30	14.1 a 12.2.2019
João Linhares Júnior	2017/2018	30	21.1 a 19.2.2019
Regina Dornte Broch	2017/2018	30	7.2 a 8.3.2019
Tathiana Correa Pereira da Silva Façanha	2017/2018	30	1º.2 a 2.3.2019
Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira	2017/2018	30	7.1 a 5.2.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 009/2019-PGJ, DE 7.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 64ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Cristiane Amaral Cavalcante, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências de custódia da referida Comarca, no dia 7.1.2019, nos termos da Resolução nº 033/2015-PGJ, de 16.10.2015, alterada pela Resolução nº 006/2016-PGJ, de 30.5.2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 013/2019-PGJ, DE 7.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, que seriam usufruídos no período de 7.1 a 5.2.2019, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/4235/2016).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 008/2019-PGJ, DE 7.1.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 20.12.2018, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Alana Duarte dos Santos Boaventura, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 4384/2018-PGJ, DE 18.12.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 4003/2018-PGJ, de 27.11.2018, na parte em que alterou as férias da servidora Maria Aparecida Gomes Bispo.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**ESCOLA SUPERIOR****EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 014/GED/2018**

Extrato do Convênio nº 014/GED/2018 celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo Helton Fonseca Bernardes e o ISSLER & LOURENCO LTDA – ME, doravante designado IPOG, neste ato representado pelo sócio proprietário Volnei Paulo Issler.

Processo: PGJ/10/4659/2018.

Objeto: concessão de estágio obrigatório e não-obrigatório pelo Ministério Público Estadual aos estudantes regularmente matriculados e com efetiva frequência nos Cursos do IPOG

Vigência: 02 (dois) anos a partir da data da assinatura.

Assinatura: 10 de dezembro de 2018.

## COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

### EDITAL Nº 01/2019

#### EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2019, referente aos documentos do Setor de Contratos, encaminhados através do memorando n. 541/2018/Sead-PGJ, nos termos do disposto do art. 9ª, Parágrafo único da Resolução nº004-2013-PGJ, de 25 de fevereiro de 2013.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos ([cpaad@mpms.mp.br](mailto:cpaad@mpms.mp.br)), até o dia 11.01.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 07.01.2019

#### LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 01/2019

PROVENIÊNCIA – (ÓRGÃO PRODUTOR)	PROCEDÊNCIA – (ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVAMENTO)		
Órgão / Setor- Setor de Contratos	Órgão / Setor- Setor Contratos		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
-Vias de Carta Contrato -2010/2011 - Vias de Nota de empenho-2014 - memorando -2013; -Contratos encerrados-2010	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2019	Exercício 2010	Exercício 2014
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

### EDITAL Nº 02/2019

#### EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos do Ministério Público, designada pela Portaria nº 2215/2018, de 29.06.2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público nº 1765, de 02.07.2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 02/2019, referente aos documentos do CAPEMA, analisados e encaminhados através do memorando n. 712 e 713/2018/SG-PGJ, nos termos do disposto do art. 9ª, Parágrafo único da Resolução nº004-2013-PGJ, de 25 de fevereiro de 2013.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstre legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Análise e Avaliação de Documentos ([cpaad@mpms.mp.br](mailto:cpaad@mpms.mp.br)), até o dia 11.01.2019.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande, 07.01.2019



## LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 02/2019

PROVENIÊNCIA – (ÓRGÃO PRODUTOR)		PROCEDÊNCIA – (ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVAMENTO)	
Órgão / Setor- CAPEMA		Órgão / Setor- CAPEMA	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
- Relatórios de Atividades; -Termos de Compromisso; -Livros de Registro; - Autos de Acompanhamento; - Ofícios Expedidos;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 07.11.2018, os referidos documento já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 02/2019	Exercício 2011	Exercício 2014
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Adriana Cristina D. Gomes Spagnol Presidente da Comissão Permanente de Análise de Documentos			

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

## AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO SRP

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 51/PGJ/2018 (Processo PGJ/10/3987/2018) - SRP.

Objeto: Registro de Preços unitários para eventual aquisição de materiais de expediente (etiquetas, grampeadores, papel sulfite, etc.), para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedoras/Preços Registrados: I.A. Campagna Junior & Cia. Ltda. - EPP, para os itens 1 (R\$11,10), 2 (R\$11,10), 3 (R\$11,10), 4 (R\$11,10), 8 (R\$2,60), 12 (R\$7,15), 14 (R\$3,86), 15 (R\$7,45), 16 (R\$8,30), 21 (R\$7,75), 22 (R\$7,54), 31 (R\$1,80), 32 (R\$2,11), 40 (R\$2,90) e 41 (R\$2,97); Lucelene Barbosa Nunes Assis - ME, para os itens 5 (R\$1,00), 17 (R\$34,95), 18 (R\$49,99), 27 (R\$2,03), 28 (R\$8,25), 29 (R\$39,70), 30 (R\$85,30) e 38 (R\$7,05); Marcia Cristina Maciel da Silva - ME, para os itens 6 (R\$2,28), 7 (R\$1,94), 10 (R\$2,34), 11 (R\$22,95), 20 (R\$31,00), 23 (R\$1,39), 24 (R\$1,40), 25 (R\$1,17), 26 (R\$1,79), 33 (R\$1,57), 34 (R\$1,57), 35 (R\$1,57), 36 (R\$62,40), 37 (R\$6,00), 39 (R\$2,53), 42 (R\$0,59) e 43 (R\$4,00); e Port Distribuidora de Informática e Papelaria Ltda., para o item 19 (R\$155,00).

Não foram registrados preços para os itens 9 e 13.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do Edital.

Campo Grande, 7 de janeiro de 2018.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz

Pregoeira/PGJ

## AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 55/PGJ/2018 - Processo nº PGJ/10/4202/2018.

Objeto: Aquisição de licenças de uso perpétuas e direito de atualizações de software de backup, com garantia de suporte e atualizações pelo período de 60 (sessenta) meses, serviços de instalação e treinamento, e aquisição de créditos para arquivamento de dados em nuvem, com garantia e suporte para o período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedoras: Compwire Informática S/A, para o lote I com o valor total de R\$1.250.000,00 e Brasoftware Informática Ltda., para o lote II com o valor total de R\$790.000,00.

Justificativa: Adjudicação tendo em vista os menores preços ofertados, nos termos do edital.

Campo Grande, 20 de dezembro de 2018.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

*em substituição*

**COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL****EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/1779/2017 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário POLÍCIA CIVIL DE SIDROLÂNDIA, representada pelo Delegado de Polícia – Diego Dantas Santos.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Armário: 09 unidades

Data: 04.12.2018.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/3405/2018 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário POSTO DE IDENTIFICAÇÃO DE CASSILÂNDIA, representada pelo Perito Papiloscopista – Mario Marcos Frank Moncada.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 01 unidade

Impressora matricial: 01 unidade

Estabilizador: 01 unidade

Data: 06.12.2018.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS DE RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS, representada pela Coordenadora – Adriana Salomão Calegari.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 05 unidades

Data: 28.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário PROJETOS SOCIAIS DE RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS, representada pela Coordenadora – Adriana Salomão Calegari.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 03 unidades

Data: 15.12.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário ASSOCIAÇÃO PARA O MELHORAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO GABRIEL DO OESTE - AMASP, representada pelo Comandante – Willian dos Santos Garcia.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 10 unidades

Data: 16.12.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário POLÍCIA MILITAR DE RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS, representada pelo Comandante – Willian dos Santos Garcia.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 03 unidades

Data: 15.12.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário 7ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE CAMPO GRANDE, representada pelo Delegado – Geraldo Marim Barbosa.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Aparelho de ar condicionado: 03 unidades

Data: 21.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário GERÊNCIA DE INTELIGÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO - GISP, representada pelo Gerente de Inteligência – Cláudio Andrade Portela.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Monitor: 02 unidades

Microcomputador: 03 unidades

Data: 21.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário 16º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE FÁTIMA DO SUL, representada pelo Comandante – Welington Luiz Santana Lopes.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 04 unidades

Data: 11.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL DE BELA VISTA, representada pelo Comandante – Taylor Barbosa Mello.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Impressora: 02 unidades

Microcomputador: 03 unidades

Data: 21.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE TERNOS, representada pelo Delegado – Fábio Leite Brandalise.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Longarina: 02 unidades

Poltrona fixa: 03 unidades

Aparelho de ar condicionado: 03 unidades

Cadeira giratória: 01 unidade

Microcomputador: 02 unidades

Data: 21.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE CAMPO GRANDE, representada pelo Diretor – Marcos Moisés de Sant`Ana Júnior.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 02 unidades

Data: 21.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário 3º PELOTÃO DA 4ª CIA DO 1º BATALHÃO DA PM DE TERNOS, representada pelo Comandante – Marcio Garcia de Rezende.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Estante de aço: 01 unidade

Aparelho Telefônico: 03 unidades

Mesa de madeira: 02 unidades

Cadeira giratória espaldar baixo: 02 unidades

Poltrona tipo diretor: 01 unidade

Longarina de 3 lugares: 01 unidade

Cadeira giratória digitador: 02 unidades

Poltrona tipo presidente: 02 unidades

Televisor 21 polegadas: 01 unidade

Suporte para CPU: 05 unidades

Microcomputador: 04 unidades

Aparelho condicionador de ar: 02 unidades

Data: 21.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS, representada pelo Delegado – José Roberto de Oliveira Júnior.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 03 unidades

Data: 21.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário POLÍCIA MILITAR DE PEDRO GOMES, representada pelo Comandante – Delmar Silva Dias.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 02 unidades

Data: 21.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário 2º PELOTÃO DA POLÍCIA MILITAR DE DEODÁPOLIS, representada pelo responsável pelo Comando – José Evanildo R. dos Santos.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 06 unidades

Data: 21.1.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário 5ª COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA MILITAR - CIPM, representada pelo Comandante – Oéilton Santana de Figueiredo.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Armário de aço: 02 unidades

Aparelho de ar condicionado: 14 unidades

Arquivo de aço: 02 unidades

Mesa tampo granito: 01 unidade

Fogão de 4 bocas: 01 unidade

Aparelho telefônico: 02 unidades

Mesa de madeira: 02 unidades

Cadeira giratória: 05 unidade

Poltronas: 03 unidades

Suporte para CPU: 05 unidade

Microcomputador: 05 unidades

Longarina: 01 unidade

Conjunto de mesa: 01 unidade

Data: 21.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE BRASILÂNDIA, representada pelo Delegado – José Renato Miguel.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Aparelho de ar condicionado: 03 unidades

Data: 21.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário PARÓQUIA NOSSA SENHORA ABADIA, representada pelo Pároco – Pe Paulo Sérgio Vital da Cruz.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 02 unidades

Data: 21.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário APM CEINF PIRATININGA, representado pela Presidente – Angélica Xavier Gomes.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 02 unidades

Aparelho de ar condicionado: 02 unidades

Data: 21.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PEDRO GOMES, representado pelo Delegado – José Roberto de Oliveira Júnior.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 03 unidades

Data: 21.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário 4º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE NIOAQUE, representado pelo Comandante – Joicemir Ferreira Bica.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 03 unidades

Data: 21.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS, representada pela Coordenadora – Adriana Salomão Calegari.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 02 unidades

Data: 28.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário LAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS, representada pela Coordenadora – Adriana Salomão Calegari.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 03 unidades

Data: 28.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário CONSELHO TUTELAR DE RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS, representada pela Coordenadora – Adriana Salomão Calegari.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador: 01 unidade

Data: 28.11.2016.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2152/2015 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS DO CENTRO OESTE, representada pelo Diretor Regional – Naor Rossi.

Amparo Legal: Resolução n.º 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Máquina de escrever: 01 unidade

Mesa para impressora: 02 unidades

Aparelho de fax: 05 unidades

Estabilizador: 06 unidades

Impressora: 38 unidades

Aparelho telefônico: 38 unidades

Câmera digital: 02 unidades

Fragmentadora de papel: 10 unidades

Poltrona giratória: 01 unidade

Rádio de comunicação pessoal: 08 unidades

Short Break: 02 unidades

Micro com processador: 01 unidade

Monitor de vídeo: 19 unidades

Mesa de madeira: 02 unidades

Poltrona presidente: 01 unidade

Cadeira giratória: 06 unidades

Ventilador: 03 unidades

Bebedouro elétrico: 03 unidades

Identificador de chamadas: 02 unidades

Notebook: 18 unidades

Unidade de processamento: 03 unidades

Microcomputador: 64 unidades

CPU: 01 unidade

Gabinete para microcomputador: 01 unidade

Gaveteiro volante: 01 unidade

No-break: 18 unidades

Leitor ótico: 02 unidades

Scanner de mesa colorido: 01 unidade

Espelho cristal liso: 03 unidades

Umidificador: 01 unidade

Sistema integrado de alarme e cerca elétrica: 01 unidade

Data: 15.12.2016.



## SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

## EDITAL Nº 012/2018/PJ – COMARCA DE NOVA ANDRADINA

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina, torna pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos aprovados, para provimento das vagas disponíveis na Comarca de Nova Andradina, referente ao Processo de Seleção de Estagiários de Direito do Ministério Público Estadual, objeto do Edital nº 001/2017/PJ – Comarca de Batayporã, e de acordo com a classificação do Edital nº 011/2018/PJ – Comarcas de Batayporã e Nova Andradina. Os candidatos convocados deverão apresentar-se, na sede da Promotoria de Justiça de Nova Andradina/MS, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção.

## COMARCA DE NOVA ANDRADINA

CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO
Vinicius de Paula dos Santos	1º
Breno Lucas de Souza Silva	2º
Mariany Santiago Salles de Camargo	3º

Nova Andradina/MS, 7 de janeiro de 2019.

PAULO LEONARDO DE FARIA

2ª Promotoria de Justiça

## RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o <u>ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso</u>
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidões criminais dos cartórios distribuidores das Justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidas pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Atestado de exame ABO-RH;
8	Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil ( <u>exceto poupança</u> );
9	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10.	Ficha de Cadastro manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.
11	Declaração de não participação em diretoria de Partido Político.

## EDITAL Nº 021/2019/PJ DE DOURADOS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Dourados, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, declara a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Dourados, homologado em 17 de outubro de 2017, uma vez que tais candidatos(as) não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados no Edital nº 005/2017/PJ de Dourados, de 13 de novembro de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1624, de 14 de novembro de 2017.

NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO
Leonan Luiz Pereira Santos	38º
Lucas Gomes Ozório	39º
Lara Araujo de Lima Henriques	40º
Laura Beatriz Thomazini Klem Marques	41º
Aliciene Gonçalves Batista	43º
Évellyn Andressa da Silva	44º
Milene Santos de Sá	45º
Enzo Marques Vanini Dutra	46º
Vitor Mantovani Maciel de Almeida	47º
Heloisa da Silva Reis Oliveira	48º
Larissa Souza Soares	49º

Dourados, 08 de janeiro de 2019.

JOSÉ ANTONIO ALENCAR

Promotor de Justiça

Supervisor das Promotorias de Justiça

Cíveis e Especializadas de Dourados

#### EDITAL Nº 022/2019/PJ DE DOURADOS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Dourados, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, **CONVOCA** os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Dourados, objeto do Edital nº 004/2017/PJ de Dourados, de 25 de setembro de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1596, de 28 de setembro de 2017 para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Dourados.

NOMES DOS CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO
Josué Oliveira Santos	51º
Daniele da Silva Espindola	52º
Marielly Ribeiro Lopes	53º
Emily Danielle Veríssimo	54º
Pedro Augusto Canterle Cabanha	55º
Débora Sampaio Gomes	56º

\*candidato da cota de negros

\*\*candidato da cota de pessoa com deficiência

\*\*\*candidato da cota de indígena

Dourados, 08 de janeiro de 2019.

JOSÉ ANTONIO ALENCAR

Promotor de Justiça

Supervisor das Promotorias de Justiça

Cíveis e Especializadas de Dourados

**ANEXO ÚNICO**  
**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/PGJ/2018.**

Processo: PGJ/10/3431/2018

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**.**2- INSTITUTO DE PSICOLOGIA MÉDICA DE MATO GROSSO LTDA ME**, neste ato representado por **Sonia Grubits**.

Procedimento Licitatório: Contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Resolução nº 001/2017, de 04 de abril de 2017, do Conselho Superior do Ministério Público-MPMS; e Resolução nº 007/2003, do Conselho Federal de Psicologia.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica de direito privado para a prestação de serviço de 12 (doze) avaliações psicológicas individuais para a realização da 2ª avaliação nos 12 (doze) Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul em estágio probatório para atender a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total da contratação: R\$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), sendo R\$400,00 (quatrocentos reais) por avaliação psicológica, nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE006311, de 13.12.2018.

Vigência: 17.12.2018 até 17.12.2019.

Data de assinatura: 17 de dezembro de 2018.

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/PGJ/2016.**

Processo: PGJ/10/2997/2016.

Partes:

**1 – Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**.**2 – CORREIO DO ESTADO S.A.**, representado por **Marcos Fernando Alves Rodrigues**.

Objeto: Alteração do índice constante no item 4.3 da Cláusula Quarta, no 5.2 e subitem 5.2.1 da Cláusula Quinta, para que eventuais correções monetárias e os reajustes subsequentes sejam calculados de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº 8.666/1993.

Vigência: 21.12.2018 a 02.11.2019.

Data da assinatura: 21 de dezembro de 2018.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

**Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL**, representado pelo Procurador-Geral Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**; e **BANCO BRADESCO S.A.**, neste ato representado por **João Segundo da Costa Neto e Jefferson Ladislau Pereira**.

Processo: PGJ/10/3144/2016

Amparo Legal: Artigos 60 e 116, ambos da Lei Federal nº 8.666, de 21 e junho de 1993; e no artigo 8º, §2º, do Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência deste Convênio por mais 24 (vinte e quatro) meses, com fundamento nos artigos 60 e 116, ambos da Lei Federal nº 8.666, de 21 e junho de 1993, e no artigo 8º, §2º, do Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003; alterar a denominação da Secretaria de Recursos Humanos para “SRH”; alterar a adequação da fundamentação legal, constante na Cláusula Segunda e no item 5.3, da Cláusula Quinta, em decorrência da revogação do Ato nº 460/PGJ/MP-MS/99, de 5 de julho de 1999; incluir o “pensionista” nos itens 3.3., 3.4. e 3.7., da Cláusula Terceira; no item 4.2., da Cláusula Quarta; nos itens 5.4. e 5.7., da Cláusula Quinta; no item 6.2., da Cláusula Sexta; e no item 7.2., da Cláusula Sétima.

Vigência do Convênio: 17.01.2019 até 16.01.2021.

Data da assinatura: 13 de dezembro de 2018.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 19/PGJ/2018****PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/PGJ/2018-SRP**

**DO OBJETO:** Registro de Preços unitários para eventual prestação de serviços de teste e recarga de extintores de incêndio, com substituição de peças, ofertados pela empresa adiante identificada, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	VALORES DE REFERÊNCIA - UNITÁRIOS (R\$)
01	Recarga de extintor pó químico, cilindro com capacidade para 4 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	101	23,00
02	Recarga de extintor pó químico, cilindro com capacidade para 6 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	42	28,52
03	Recarga de extintores pó químico, cilindro com capacidade para 12 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	1	45,08
04	Recarga de extintor água pressurizada, cilindro com capacidade para 10 litros. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	139	20,24
05	Recarga de extintor CO <sup>2</sup> , cilindro com capacidade para 6 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	119	55,20
06	Recarga de extintor pó químico ABC, cilindro com capacidade para 4 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	7	36,80
07	Recarga de extintor pó químico ABC, cilindro com capacidade para 6 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	7	45,08
08	Substituição de manômetro. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	50	4,60

09	Substituição de mangueira AP/PQS. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	45	8,28
10	Substituição de mangueira CO <sup>2</sup> . Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	34	19,32
11	Substituição de válvula AP/PQS. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	39	17,48
12	Substituição de válvula CO <sup>2</sup> . Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	35	44,16
13	Substituição de difusor. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	39	8,28
14	Substituição de punho. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	29	2,76
15	Substituição sifão CO <sup>2</sup> . Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	38	7,36
16	Substituição sifão AP/PQS. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	44	3,68
17	Substituição de cinta. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	30	1,84
18	Substituição de trava. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	37	0,92
19	Teste Hidrostático extintor AP 10 litros. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Serviço	55	4,60
20	Teste Hidrostático extintor CO <sup>2</sup> 6 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Serviço	50	4,60
21	Teste Hidrostático extintor CO <sup>2</sup> 6 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Serviço	45	4,60
22	Teste Hidrostático extintor PQS 6 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Serviço	34	4,60
23	Teste Hidrostático extintor ABC 4 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Serviço	7	4,60
24	Teste Hidrostático extintor ABC 6 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Serviço	7	4,60

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 20 de dezembro de 2018.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL Nº 0023/2018/02PJ/CBA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003291-8.

Representante: MPF/CRA/MS/MOPJ CORUMBA

Representado: Marco Antônio Abdo Bindilatti, Priscila Abdo Bindilatti, Paulo Vitor Souza Bindilatti, Isabela Bindilatti

Assunto: Apurar a regularidade e buscar a adoção de providências pelos proprietários do imóvel rural "Fazenda Mercedes", no município de Corumbá/MS, ora pertencente a Marco Antônio Bindilatti (CPF nº 005.204.768-75), em razão do desmate de 384,07 hectares, sem autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente.

Corumbá/MS, 14 de dezembro de 2018.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0024/2018/02PJ/CBA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003543-7.

Representante: Ministério Público Estadual

Representado: Jose Roberto Milani

Assunto: Apurar a construção de aterro para fins de estrada vicinal, e construção de barragem interrompendo o leito natural do "Córrego São João", ambas executadas pelo proprietário do imóvel rural denominado "Fazenda Carandá", situada na zona rural do Município de Ladário/MS, sem o devido licenciamento ambiental expedido pelo órgão ambiental competente, objeto do Auto de Infração nº 22410 e nº 22411 - decorrente da migração para o SAJ/MP do Inquérito Civil nº 06/2015, que continha cento e noventa e oito páginas.

Corumbá/MS, 17 de dezembro de 2018.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0025/2018/02PJ/CBA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003538-1.

Representante: Ministério Público Estadual

Representado: Município de Ladário

Assunto: Apurar eventual passivo ambiental decorrente do lançamento de águas pluviais no interior dos Lotes nºs 82, 84 e 86 e adjacências, da Rua Almirante Tamandaré, situados na zona urbana do Município de Ladário/MS, em razão da ausência de sistema de drenagem de águas pluviais na região, assim como averiguar quais medidas administrativas encetadas pelo Executivo Municipal, com vistas à regularização ambiental e sanitária da área - decorrente da migração para o SAJ/MP do IC 07/2017, que continha cento e sessenta e nove páginas.

Corumbá/MS, 17 de dezembro de 2018.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0026/2018/02PJ/CBA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003561-5.

Representante: Ministério Público Estadual

Representado: Município de Ladário

Assunto: IC nº 02/2015: requisitar a conclusão das obras de construção e instalação de tampas de concreto armado nas valas situadas na Rua Dom Aquino, no município de Ladário/MS, com o fito de fechar as galerias de águas pluviais, bem como apurar eventual passivo ambiental.

Corumbá/MS, 18 de dezembro de 2018.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

**CAMAPUÃ**

---

**EDITAL N. 019/2018/1ªPJC**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00003533-7, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2018.00003533-7.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: “Apurar eventuais irregularidades na construção da Obra da Concha Acústica, localizada na Rua Cuiabá e João da Mota, vila Diamantina, na cidade de Camapuã/MS”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 03/2013 para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Camapuã - MS, 19 de dezembro de 2018.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N. 020/2018/1ªPJC**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00003557-0, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2018.00003557-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: “Apurar a regularidade de contratações para a realização de obras e serviços de infraestrutura”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 14/2012 para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Camapuã - MS, 19 de dezembro de 2018.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N. 021/2018/1ªPJC**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00003445-0, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2018.00003445-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Camapuã-MS

Assunto: “Apurar eventuais despesas irregularidades praticadas na Secretaria Municipal de Saúde”.

Camapuã - MS, 19 de dezembro de 2018.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N. 022/2018/1ªPJC**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00003446-0, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2018.00003446-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Nível de Sigilo: Restrito

Assunto: “Apurar denúncia de irregularidades na realização de serviços de galeria de águas pluviais e pavimentação asfáltica, nas Ruas Marina Ferreira de Vasconcelos, Lucas Alves do Vale e Antônio Inácio Barbosa, no Bairro Cristo Redentor (Coophavalle), com área de 3.059,70 m², objeto do processo licitatório nº 075/2018 ”.

Camapuã - MS, 19 de dezembro de 2018.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**FÁTIMA DO SUL**

.....

**EDITAL Nº 26/2018**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul – MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003363-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, nº 810, Jardim Primavera, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Procedimento Preparatório Nº 06.2018.00003363-9

Requerente: José dos Santos Araújo

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar risco à saúde dos moradores do Bairro Santa Terezinha, no município de Vicentina/MS, em razão da exposição a suposto uso inadequado de agrotóxicos em zona urbana.

Fátima do Sul-MS, 19 de dezembro de 2018.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal



---

**MIRANDA**

---

**EDITAL Nº 026/2018**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Procedimento Preparatório 06.2018.00003551-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Bodoquena.

Assunto: apurar a ocorrência de eventual desvio de função no desempenho de atividades de servidores públicos do Município de Bodoquena.

Miranda/MS, 19/12/2018.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 027/2018**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Procedimento Preparatório 06.2018.00003553-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Bodoquena.

Assunto: apurar suposta prática de nepotismo envolvendo servidores do Município de Bodoquena.

Miranda/MS, 19/12/2018.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 028/2018**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Procedimento Preparatório 06.2018.00003651-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Investigado: a apurar

Assunto: apurar o desempenho irregular de função de servidora pública V. R. E. de A., a qual estaria atuando como psicóloga da Secretaria Municipal de Saúde e em cargo comissionado de coordenadora do CRAS do Município de Bodoquena-MS.

Miranda/MS, 19/12/2018.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 029/2018**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil 06.2018.00003642-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Bodoquena.

Assunto: apurar suposta irregularidade no atendimento médico prestado à Srª. M. R. C., pela rede pública municipal de Bodoquena, ocasionando seu óbito. Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. 011/2016/1ªPJMMD para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Miranda/MS, 19/12/2018.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 030/2018**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil 06.2018.00003554-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: apurar eventual ato lesivo ao patrimônio público, pela existência de bens materiais públicos acondicionados no antigo Hospital Municipal de Miranda, que se encontra desativado. Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. 005/2015/1ªPJMMD para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Miranda/MS, 19/12/2018.

TALITA ZOCCOLARO PAPA MURITIBA

Promotora de Justiça

.....  
**PONTA PORÃ**  
.....

**EDITAL Nº 0001/2018/03PJ/PPR**

A 3ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004711-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004711-1

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): ONG de Proteção Animal Irmandade das Patinhas

Assunto: Receber as prestações de contas da ONG IRMANDADE DAS PATINHAS, de Ponta Porã, eis que, no Projeto implementação de Acordos de Não Persecução Penal é beneficiária de prestações pecuniárias a serem pagas pelos acordantes.

Ponta Porã/MS, 19 de dezembro de 2018

GISLEINE DAL BÓ

Promotora de Justiça

---

**SÃO GABRIEL DO OESTE**

---

**EDITAL N.º 0031/2018/02PJ/SGO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade ou pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003507-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Aniceto da Costa Rondon e Maristela Freitas de Lucena Rondon

Assunto: Apurar o desmatamento de aproximadamente 44,07 hectares de cerrado em área de reserva legal sem autorização do órgão ambiental competente, realizando na Fazenda Retiro de propriedade de Aniceto da Costa Rondon e Maristela Freitas de Lucena Rondon, localizada no Município de São Gabriel do Oeste.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 004/2016/2ªPJ/SGO para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

São Gabriel do Oeste, MS, 18 de dezembro de 2018.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça

**EDITAL N.º 0032/2018/02PJ/SGO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil ue está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade ou pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003510-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de São Gabriel do Oeste/MS.

Assunto: Remoção do depósito de resíduos residenciais e industriais - LIXÃO - causando a exalação de odores, proliferação de vetores (moscas, mosquitos e outros insetos peçonhentos) invadindo as residências.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico nº 006/2011/2ªPJ/SGO para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

São Gabriel do Oeste, MS, 18 de dezembro de 2018.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça

**EDITAL N.º 0033/2018/02PJ/SGO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade ou pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003506-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: O Município de São Gabriel do Oeste/MS.

Assunto: Apurar situação de risco a que supostamente estariam sendo expostos os alunos da Escola Municipal Armelindo Tonon, devido à instalação de posto de transformação em local aparentemente inadequado

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Procedimento Preparatório físico nº 010/2016/2ªPJ/SGO para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

São Gabriel do Oeste, MS, 18 de dezembro de 2018.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça

---

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

---

---

BATAYPORÃ

---

## AUTOS DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO: 06.2018.00002993-5

RECOMENDAÇÃO - nº 01/2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria de Justiça de Batayporã/ MS, apresentado pela Promotora de Justiça subscritora, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007<sup>1</sup>:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”<sup>2</sup>;

CONSIDERANDO que a recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”<sup>3</sup>, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça através do Ofício n. 2.580/2014/CECAA-DGSES-MS, a notícia sobre eventual prática de ato ímprobo, tendo em vista o possível desrespeito ao Termo Administrativo de Cessão de Uso n. 106/2011 e ao Termo de Responsabilidade de Terceiros n. 127/2010, no âmbito do município de Batayporã, haja vista que os equipamentos cedidos a Secretaria Municipal tiveram, a priori, destinação diversa da estabelecida.

CONSIDERANDO que de acordo com Termo Administrativo de Cessão de Uso, o cessionário obriga-se a manter em perfeito estado de conservação os equipamentos cedidos, bem como usa-los, EXCLUSIVAMENTE, para os fins ali estabelecidos, não podendo transferir os direitos adquiridos sobre o bem (f. 54).

CONSIDERANDO que ao ser realizada visita técnica pela equipe de Auditoria do Núcleo Regional de Nova Andradina/MS, concluiu-se que houve o desrespeito ao Termo Administrativo de Uso nº 106/2011 e ao Termo de Responsabilidade de Terceiros nº 127/2010 por parte pelo órgão da SMS do município, uma vez que não foram cumpridas corretamente suas cláusulas.

CONSIDERANDO que de acordo com o relatório de auto de inspeção acostado às f. 370-371, diversos objetos dos referidos Kits, dentre eles: *nobreaks*, *telefones sem fio* e *CPUs*, foram descartados devido à inutilidade por defeitos técnicos de forma irregular.

---

1 Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

2 MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

3 ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

CONSIDERANDO que a inexistência de um protocolo prévio sobre o recebimento, armazenamento e controle de materiais de cessão, doação ou compras gerou irregularidades que podem ensejar improbidade administrativa culposa ou até mesmo dolosa, caso não seja adotada uma postura corretiva e preventiva por parte da administração pública;

CONSIDERANDO que a gama de atribuições extrajudiciais advindas com a Constituição Federal de 1988 trouxe ao promotor de justiça à necessidade de adotar uma postura proativa e resolutiva em relação aos conflitos sociais, concentrando os seus recursos e esforços na busca de respostas preventivas para os problemas comunitários.

CONSIDERANDO, assim, que ao invés de reagir contra incidentes ou fatos consumados, o *parquet* deve trabalhar para a solução dos problemas em conjunto com a comunidade, resolve RECOMENDAR

a Administração da SMS (Secretaria Municipal de Saúde), para que tome as devidas providências quanto ao recebimento e armazenamento de qualquer tipo de material de uso permanente do órgão, devendo:

I – Efetuar a conferência de todos os itens dos materiais recebidos, bem como sua qualidade, especificações técnicas, quantidade e a integridade física e funcional, realizando os testes, quando necessário;

II - Registrar os materiais no sistema de informática e/ou em fichas de controle, descrevendo o número da Nota Fiscal, quantidade total, descrição dos materiais recebidos e o local em será utilizado (setor, sala, servidor responsável);

III - Estocar os materiais ordenadamente e identificados para facilitar o funcionamento operacional e eventual fiscalização pelo órgão competente;

IV – Observar e cumprir integralmente todos os itens descritos nos Termos anexados e assinados no ato do recebimento dos produtos;

Recomenda-se, ainda, seja afixada a presente recomendação na sede da Prefeitura Municipal, com o fim de conferir publicidade ao ato.

Solicite-se aos destinatários da Recomendação que remetam a esta Promotoria de Justiça, mediante ofício, no prazo de 20 dias, o acatamento das orientações elencadas, indicando as providências que foram e que serão adotadas para o devido cumprimento;

Desde já, deixa-se consignado que em caso de não acatamento desta Recomendação, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul informa que irá adotar as medidas legais por omissão no dever de agir, mediante o ajuizamento da ação civil pública de improbidade.

Encaminhe-se cópia desta Recomendação para a Câmara Municipal de Vereadores, mediante ofício, para que tomem conhecimento sobre o teor da presente recomendação e possam, assim, exercer a função típica de fiscalização, para todos os Secretários do Município, mediante ofício, para que tomem ciência e, também, para DOMP/MS, para que publicação.

Batayporã, 3 de dezembro de 2018.

BIANKA M. A. MENDES.  
Promotora de Justiça.